

José Leite de Vasconcelos: entre o *Folklore* e a Ciência (ou a Ambiguidade de uma Agenda)

MARIANA DINIZ*

RESUMO

Pretende-se, neste texto, discutir algumas questões relacionadas com as modalidades leiteanas de produção de discurso científico, dedicando particular atenção ao uso, no primeiro volume das *Religiões da Lusitânia*, do folclore enquanto instrumento de trabalho e às consequências sociais que daí poderiam advir. Ao mesmo tempo, a integração da figura de José Leite de Vasconcelos na *agenda* política da intelectualidade positivista do final de oitocentos será igualmente debatida.

Palavras-chave: Religiões da Lusitânia – Folclore – Positivismo

ABSTRACT

In this text, I intend to discuss some issues related to Leite's way of producing scientific speech, devoting special attention to the use, in the first volume of Religiões da Lusitânia (Religions of Lusitania), of folklore while instrument of work and to the social consequences that could supervene. At the same time, the integration of José Leite de Vasconcelos on the political agenda of the positivist intellectuals of the late 19th century will also be discussed.

Keywords: Religiões da Lusitânia (Religions of Lusitania) – Folklore – Positivism

* Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa. m.diniz@fl.ul.pt.

“ (Sou bastante instruído para não ser supersticioso, mas sou supersticioso.)”

Dostoiévski, *Cadernos do Subterrâneo*, p.13

1. PREÂMBULO

De entre a vastidão da obra de José Leite de Vasconcelos (JLV), com cerca de 1220 títulos, de entre a diversidade temática da mesma, que cobre aspectos da Arqueologia, da Etnografia ou Folclore, da Linguística e da produção poética, na imensidão de trabalhos escritos sobre o Mestre nas suas múltiplas facetas, corre, todo aquele que pretende contribuir para o panteão de José Leite, o risco da repetição, da parcialidade das leituras feitas, do desconhecimento de textos decisivos, na exegese da obra e do autor.

Porque um tratamento exaustivo da figura não parece possível, optou-se por seleccionar um tópico concreto de discussão, ao nível das modalidades de construção do conhecimento em JLV, especificamente as relações entre folclore e ciência, a partir da análise do 1.º volume das *Religiões da Lusitânia*.

O primeiro volume, de esta que é uma das suas obras maiores, trata dos *Tempos Pré-históricos*, e aqui se cruzam o olhar de Leite de Vasconcelos e o da autora deste texto.

Da leitura da obra, e da análise da produção bibliográfica de José Leite (Cepeda, 1960), torna-se claro que, de entre os múltiplos interesses que o animavam, a Pré-história constitui, apesar da precocidade na sua carreira do livro *Portugal Pré-histórico* (1885), tema menor.

A excessiva distância, a ausência de documentação escrita, ou de relatos orais directos – porque indirectos talvez se conservassem ainda, como será adiante discutido – impediam o discurso filológico tão decisivo em JLV, e apesar da Pré-história constituir campo para uso abundante do Folclore e da Etnografia, não é esse Passado tão remoto que atrai a atenção privilegiada do

fundador do Museu Etnográfico Português.

E cite-se, como exemplo, que a propósito dos dólmenes, mais lhe interessam as designações e os usos populares destes monumentos, ou a evolução linguística da palavra mamôa, que os sepulcros megalíticos em si mesmos (Vasconcelos, 1897, p. 249 e sg).

Mas a Pré-história não pode ser excluída de um projecto como o que subjaz à construção das *Religiões da Lusitânia*. Porque os tempos são solidários uns com os outros, e “A História é uma cadeia de infinitos elos,” (Vasconcelos, 1885, p. 4), urge remontar ao Passado mais distante para conhecer os tempos mais recentes, e para Leite de Vasconcelos, as raízes longínquas da Nação mergulham, ao contrário do que defendia Herculano, na Lusitânia. Mas esta pátria ancestral, é herdeira de outros territórios mais antigos, pré e proto-históricos, que lhe moldam o carácter e as feições. “Na ordem social, como na natural, não se notam interrupções bruscas.”, e não se detecta qualquer “... antinomia entre os Portuguezes, os Lusitanos, e os povos pre-historicos d’este rinção do Occidente.” (Vasconcelos, 1897, p. 4).

E destas palavras, que vêm na evolução contínua a chave da História, pode deduzir-se o quão integrado está, no seu tempo, José Leite de Vasconcelos. Adepto de um quadro filosófico de grande circulação, JLV é, como quase todos os intelectuais em finais de Oitocentos, positivista e evolucionista. Distingue-se de outros, no entanto, pela magnitude da obra produzida, e diferencia-se de muitos, pela ausência de acção política, inacção pouco esperada, num momento em que as elites do Saber estão activamente comprometidas num projecto de renovação social.

2. RELIGIÕES DA LUSITÂNIA: UM PROJECTO NACIONAL?

Das palavras de José Leite, dos relatos daqueles que o conheceram ou conhecem a sua obra, não persiste qualquer dúvida, é o amor às coisas pátrias, a dedicação ao Povo Português, e o desejo de Ciência que norteiam o imenso trabalho de uma vida, quase desprovida de outras afeições terrenas.

A obra de Leite procura, por isso, servir, na sua vastidão, a Nação. Mais que um projecto nacional, as *Religiões da Lusitânia* assumem-se enquanto projecto nacionalista, construídas pela vontade de conhecer, registar e divulgar o âmago e a verdade do povo, porque, e escreve, “Quanto mais intenso fôr o conhecimento da História, tanto mais firme será a consciência da nacionalidade” (Vasconcelos, 1897, p. XXV).

E essa *Nacionalidade* é, para Vasconcelos, muito anterior ao reino medieval, porque Portugal já existe, ainda antes de si próprio, na província romana da

Lusitânia, e se os “Lusitanos neolithicos...” (op. cit., p. 405) constituem sobretudo uma figura de retórica, fica a sugestão de uma continuidade orgânica que perdura nos tempos, que se define muito antes dos momentos recentes da Escrita.

E, nas *Religiões da Lusitânia*, se o discurso de José Leite se espraia, no espaço e no tempo, pelo trajecto da humanidade, o objecto primordial da análise localiza-se num território de fronteiras políticas bem definidas, que é em simultâneo Estado e Nação.

Ao longo do primeiro volume das *Religiões da Lusitânia*, a repetida referência aos grupos pré-históricos do Ocidente ibérico como “nossos avós”, sendo também uma liberdade poética, cria no leitor, pela insistência na relação familiar, a ideia de uma afinidade que une homens de tempos distantes.

José Leite encarna o papel de alguém que apresenta, a uma família, antepassados que esta desconhecia, mas de quem ainda transporta, senão o nome, a cor dos olhos, senão os instrumentos os sentimentos. Constrói assim uma relação genética, mais cultural que biológica, entre todos aqueles que, em tempos diferentes, partilham o mesmo espaço.

No entanto, a pena do autor parece ter contrariado o projecto do próprio, e o 1.º volume das *Religiões da Lusitânia* não é uma obra sobre a religião pré-histórica em Portugal, mas antes um tratado sobre sistemas de crenças em sociedades e grupos não-letrados. Que os dados arqueológicos, então disponíveis sobre o território português, aí figurem não altera, no conjunto da obra, a sua classificação.

José Leite de Vasconcelos não foi, obviamente, atraído pela sua pena, mas, diríamos hoje, pelo contexto social em que produziu Conhecimento. Porque, e apesar do papel duplo que as coisas do Passado podem desempenhar, enquanto motivo de orgulho pátrio e inequívoca demonstração da marcha civilizacional da Humanidade (Diniz e Gonçalves, 1993/1994), Nacionalismo e Evolucionismo, na substância, não se coadunam. O primeiro pressupõe uma especificidade de trajecto, de um Povo no Tempo, que os quadros teóricos da lei da Evolução não contemplam.

A natureza universal da Lei, a semelhança de todos os homens que devem, aos olhos desta, nascer livres e iguais, materializa-se numa História, onde as particularidades pequenas de um grupo, ou de uma nação, diluem-se no Uniformitarismo maior, que os construtores do Iluminismo consagraram (Lewis, 1999).

A *Alma de um Povo* – entidade metafísica e duradoira – que foi um conceito caro ao Romantismo português (Fabião, 2002), a *Alma de um Povo* que virá a ser, de novo, questão central para o Histórico-Culturalismo, não integra, enquanto objecto de análise, o léxico dos Evolucionistas de Oitocentos, e à semelhança dos

intelectuais europeus dos finais do século, Leite de Vasconcelos é um evolucionista convicto, crente que “... dadas as condições de capacidade que o homem tem de progredir incessantemente, e de se aperfeiçoar...” (Vasconcelos, 1897, p. 69), “... o progresso é a lei da Humanidade ...” (op. cit., p. 82), e todos os povos, atravessando diferentes estádios, caminham de forma inexorável para a Civilização.

E nesta óptica, o estádio civilizacional é, no momento de explicação dos fenómenos observados, questão muito mais decisiva que as fronteiras políticas. O estádio civilizacional determina os modos de agir e de pensar, as capacidades e as crenças, sobrepondo-se a qualquer outro determinismo, inclusive os de natureza geográfica, por isso “As comparações são sempre importantes porque podem demonstrar a marcha e as epochas da civilização” (op. cit., p. 40), critérios que para JLV, como para qualquer evolucionista, são determinantes na explicação das diferentes realidades sociais.

A lei dos estados, que torna semelhantes todos aqueles que se encontram num mesmo patamar, permite as mais longínquas comparações, e povos de todas as latitudes e ambientes, dos desertos gelados às florestas tropicais, das ilhas do Pacífico ao sopé dos Himalaias, são convocados à mesa da Ciência, no momento da analogia que esclarece e que desvenda o significado mudo das coisas do Passado.

O método comparativo, que na perspectiva antropológica dos primeiros evolucionistas detecta mais semelhanças que diferenças, torna, sem distinção de raça, credo ou nacionalidade, todos os selvagens iguais...

E neste capítulo, a obra de José Leite é um paradigma dos seus tempos. A vastíssima, e sempre gabada, erudição do autor torna-o, na busca de paralelos, insuperável. Leitor incansável, possui um repertório de conhecimento que parece exaustivo, dos autores clássicos às descrições de paragens longínquas feitas por viajantes e etnógrafos, das recolhas de folclore europeu às sínteses de Antropologia, História e Arqueologia, ao qual soma as recolhas feitas em primeira mão sobre o Passado e o Presente do povo português, e onde encontra sempre casos idênticos, e das mais diversificadas origens, para elucidar o leitor acerca do sentido das coisas dos tempos mais remotos.

Por isso, e escolhido apenas um exemplo entre muitos outros possíveis, a propósito do disco lunar, representado no objecto calcário da Folha das Barradas, José Leite apresenta aspectos do culto da Lua entre “... Negros, Hottentotes, os habitantes da California, os Australios, etc.” (op. cit., p. 105), os Esquimós, os Khasias do Himalaia, as tribos indígenas da Índia (op. cit., p. 110), e o povo português (op. cit., p. 111). Une-os a todos – pré-históricos, selvagens e populares – como sucede com as crianças ainda não instruídas, o desconhecimento das leis físicas (op. cit., p. 103), “... as tendencias para confundir factos...” (op. cit.,

p. 115), que, muito mais do que o resultado de fronteiras políticas, são fruto de uma ignorância comum, própria do patamar evolutivo em que se encontram.

Em Leite de Vasconcelos, o quadro mental em que opera – o Evolucionismo linear e de escala antropológica – a metodologia que emprega – o método comparativo e regressivo – comprometeram definitivamente os seus propósitos.

A consciência da nacionalidade, objectivo primeiro da redacção das *Religiões da Lusitânia* (op. cit., p. XXV), não pode ficar particularmente vivificada pela leitura da obra, porque a sistemática analogia com outros povos, que possuem elementos comuns com o Portugal pré-histórico, não permite, mesmo ao leitor muito atento, identificar o que possa ser especificamente nacional.

As viagens que JLV enceta, pelo tempo e pelo espaço, se demonstram o saber enciclopédico do autor e a vivacidade das viagens de exploração que o Ocidente concretizou e que quase nenhum lugar da Terra deixou por explorar, conduzem o leitor a uma fantástica peregrinação pelo trajecto do Homem¹, de cujas conquistas se pode sentir legítimo descendente, num périplo que, no entanto, nunca se restringe ao espaço português.

Tal como em outras paragens, em Portugal existiram selvagens, semi-selvagens, depois bárbaros, e por fim grupos civilizados (op. cit., p. XXXI). Este é um caminho universal, uma luta da Humanidade que, como outras de Oitocentos, exige a união fraterna de todos os povos do mundo. As fronteiras, tal como os propósitos nacionalistas de Vasconcelos, dissolvem-se porque “... os processos do espirito humano são, por toda a parte, mais ou menos semelhantes.” (op. cit., p. 373).

3. O PÉRIPLO DE JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS E A TRÍADE DOS SIMPLES

Para a construção do 1.º volume das *Religiões da Lusitânia*, José Leite de Vasconcelos utiliza três instrumentos principais. A Arqueologia, que fornece os dados directos, muitas das vezes obtidos pelo próprio, o Folclore, ou o estudo das tradições populares de nações europeias, disciplina onde protagoniza papel decisivo, e a Etnografia, termo aqui reservado para o estudo dos povos atrasados e longínquos... que, tal como as classes iletradas da Europa, e por perpetuação das coisas no Tempo, permitem interpretar os restos silenciosos de um mundo sem escrita.

¹ É de facto o homem, ser do sexo masculino, o objecto desta obra. Todas as referências feitas são a caçadores e guerreiros, sacerdotes e artesãos, pastores e comerciantes. Quando se levantam dos sepulcros megalíticos, os nossos avós exibem longas barbas brancas... indiscutível atributo de idade, mas sobretudo de género. A única menção específica às mulheres em todo o volume, refere que estas são, muito mais que os homens, atreitas à histeria... (Vasconcelos, 1897, p. 172-173).

Segundo os parâmetros da época, o estudo da Pré-história faz-se, em Leite, do cruzamento de disciplinas que se debruçam, numa lógica evolucionista, sobre objectos próximos na essência, apesar de distantes no Espaço e/ou no Tempo.

Os povos da Pré-história, as classes populares ou iletradas das modernas nações europeias e os selvagens de lugares mais ou menos exóticos, surgem na obra de José Leite (1897, p. XXXIII), e na de outros intelectuais contemporâneos, como uma verdadeira tríade dos simples, uma “...humanidade ainda na infância.” (op. cit., p. 98), que ocupa os mais baixos degraus de uma escada de Progresso, que tarda em subir. “Pelo confronto com o que sabemos á cerca de alguns povos selvagens mais atrasados, podemos de longe ajuizar como viveria naquele tempo [Paleolítico] o nosso mais antigo avô.” (op. cit., p. 28).

Como qualquer evolucionista de Oitocentos, não duvida dos benefícios do Progresso, que permitiu ao Homem elevar-se acima de um estado natural e de uma vida rude e pobre. E dirá: “Errar pelas brenhas... (op. cit., p. 28)”, a propósito do homem paleolítico; “Esta pobreza de vida...” (op. cit., p. 30), acerca dos construtores de *Kjoekkenmoeddings*; “Apesar do estado de miseria em que se achavão os selvagens do valle do Tejo...” (op. cit., p. 32), ou ainda “...erão miseras e mesquinhas as condições da sua existencia...” (op. cit., p.82), traçando um quadro que não deixa, ao leitor, qualquer dúvida acerca do longo e difícil caminho percorrido pelos seus avós que “...tão heroicamente lutaram pela vida, e nos legarão a herança da civilização.” (op. cit., p. 286).

A sistemática correspondência que estabelece entre estes três grupos – que tão claramente se expressa nas passagens: “Se é possível que os homens [do Neolítico] andassem nus, como ainda hoje vários povos selvagens, e nas nossas aldeias as creanças pobres...” (op. cit., p. 33), ou ainda, e a propósito das casas neolíticas “...deviam ser de estacas – como ainda hoje as barracas... nos nossos campos... e como se faz nos povos selvagens...” (op. cit., p. 40) – tornam o primeiro volume das *Religiões da Lusitânia* uma obra mista, capaz de interessar pré-historiadores, folcloristas e etnógrafos, e dá origem a uma leitura combinada dos registos, em que os dados mais ricos do folclore e da etnografia são colocados ao serviço dos testemunhos pré-históricos que cumprem, no entanto, a missão decisiva de demonstrar a antiguidade das tradições, das crenças e dos rituais que sobrevivem hoje como relíquias do Passado.

A sintonia destes grupos é repetida a propósito de qualquer elemento em análise, uma vez que “...quer nos povos selvagens, que são os mais vizinhos dos prehistoricos, quer nas classes menos cultas dos povos civilizados, antigos ou modernos...” (op. cit., p. 96), encontra-se o mesmo sentir e a mesma forma de agir.

A solidariedade dos tempos exige por isso o conhecimento das realizações humanas em todas as suas dimensões, presentes e passadas, que no entanto não constituem uma amálgama caótica, porque a grelha estrita do Evolucionismo cultural permite hierarquizar, e colocar no patamar devido cada uma destas manifestações.

Os pré-históricos, o povo e os selvagens pertencem, por sintonia de crenças e atitudes, a um mesmo universo civilizacional. Por regra, tudo confundem. Não distinguem imagem e ideia, causa e consequência são, em simultâneo, criadores e vítimas de todas as superstições. Por isso, "...os pobres morrem todos de feitiçaria...", tal como os selvagens de África, para quem a doença é mau olhado... (op. cit., p. 180-181).

O pensamento de todos estes grupos encontra-se nos antípodas da Ciência, em tudo vêem intervenções do sobrenatural, temem o absurdo e pensam-se, com mezinhas, capazes de alterar as leis da física, combinam personagens das mais diferentes tradições numa mesma história, em suma ficaram retidos num momento pré-racional, portanto à margem do progresso.

E se José Leite é, no que toca aos paralelismos explicativos, muitas vezes crítico face a transferências precipitadas, admitindo que sendo probabilidades não são certezas, considera no entanto que, e a propósito da existência de amuletos na Pré-história, "Se nós hoje encontramos amuletos nos selvagens e nos povos atrasados... que razões temos para negar em absoluto esse carácter a objectos iguais que pertencerão a fases sociais ainda mais atrasadas que aquelas" (op. cit., p. 90).

O medo comum que têm dos mortos, a crença partilhada de que estes precisam de bens materiais numa outra vida, ou que os espíritos dos mal-sepultados retornam para afligir os vivos são claras demonstrações que "Homens assim [os pré-históricos] não se elevão às altas concepções filosóficas: por isso não estranhemos que nelles, como nos selvagens modernos e nas camadas baixas das nações cultas..." (op. cit., p. 169), se registre uma uniformidade nas fórmulas de pensamento própria dos grupos mais atrasados.

É a falta de cultura, de conhecimento, de Ciência em suma, que constringe estes mais simples ao domínio da superstição. E se temerosos de quase tudo o que não compreendem, possuem, ao mesmo tempo, uma imensa e ingénua fé na sua pequena magia, que tanto os salva de uma dor de dentes, como garante colheitas fartas ou uma entrada auspiciosa no mundo dos mortos (op. cit., p. 111).

E todas as formas de pensar que não encaixam no modelo proposto pela Ciência positiva provocam no Sábio um sorriso paternal, como aquele que contempla os equívocos que as crianças criam, porque "... o povo generaliza os efeitos... e estabelece confusões." (op. cit., p. 135), mas JLV não deixa, e em função das mais recentes descobertas do psiquismo humano, de reconhecer que o poder da sugestão

e a força da crença conseguem, por vezes, milagres. (op. cit., p. 134).

Mas esta tríade dos simples que desconhece as leis da Natureza, e não possui ferramentas analíticas que as permitam identificar, construiu, no entanto outras formas de sabedoria e de explicação dos fenómenos do mundo que o Folclore e a Etnografia devem registar.

A utilidade destas disciplinas, conjugadas com os elementos que a Arqueologia vai pondo a descoberto, constitui-se como referência incontornável na reconstituição das formas sociais primitivas, no conhecimento profundo dos primeiros degraus da longa escada que conduz ao Presente.

No caso específico da Arqueologia Pré-histórica, o Folclore e a Etnografia adquirem mesmo uma dupla utilidade. Permitem, ao mesmo tempo, uma aproximação a outras formas, ainda vivas de pensamento primitivo, mas podem ainda encerrar por perpetuação no Tempo (op. cit., p. 111), elementos desse Passado tão distante, relíquias que trouxessem luz às questões que a Ciência tem por responder.

Se no primeiro domínio, o potencial do Folclore e da Etnografia parece inesgotável, a possibilidade de usar as leituras do povo como chave de descodificação do Passado, apresenta-se aos olhos de JLV e de outros folcloristas da época, um caminho tentador, mas repleto de confusões e enganoso.

A recolha de tradições populares, que em José Leite constitui parte substantiva da sua acção de terreno, demonstra ao invés que o povo rodeou, em particular os vestígios da Pré-história, das mais desvairadas narrativas, construindo lendas onde, desde a origem das personagens à função das estruturas, tudo são equívocos.

E cita a este propósito as palavras de Martins Sarmento: "... o que ainda não vi foi que o verdadeiro destino (dos dolmens) se perpetuasse no correr da tradição. Sabe-se apenas que aquilo é obra de Mouros; sobre o seu prestimo phantasiaram-se todas as explicações menos a que se aproxima da verdadeira." (op. cit., p. 258).

Para estes folcloristas, empenhados numa sistemática recolha deste património, tornava-se também óbvio que a tradição, muitas vezes, já não é o que era, e que novos contos, recentemente construídos, muito em breve adquirem foros de grande antiguidade. A pureza da tradição é sobretudo um mito, e o episódio dos "sachinhos dos moiros" de Liceia (op. cit., p. 51, nota 2), é, neste sentido, exemplar. O povo da região instruído por Carlos Ribeiro abandonou a velha crença de que os instrumentos de pedra polida seriam pedras de raio. Sabedores agora da origem humana, e do carácter funcional destes instrumentos, reconheceu-os enquanto sachinhos, mas em simultâneo atribuiu-os, não aos povos pré-históricos, sobre os quais não tinham qualquer referente, mas aos mouros, tão caros ao imaginário popular.

Por isso deve ser tão prudente, o folclorista no uso da sua ciência para que as portas sobre o Passado que esta lhe abre não o façam cair em ratoeiras, e a

relação de Leite com o folclore é, neste sentido, ambígua. Consciente dos equívocos, não se liberta por completo da crença de que a tradição vem da noite dos tempos, e assim constitui indirecto vestígio de um Passado distante, o que legitima o método comparativo e permite perguntar “Como é que nós interpretamos os factos da prehistoria senão pelos que a história nos ministra?” (op. cit., p. 186), porque “... é certo que grande numero das supersticoes modernas datão de epochas anteriores a toda a tradição.” (op. cit., p. 138).

Estas sobrevivências, ou pelo menos assim são entendidas, colocam, no entanto outra ordem de questões a que o Evolucionismo oitocentista responderá com crescente dificuldade, porque se “... progresso é a lei da Humanidade...” (op. cit., p. 82), como explicar o atraso de alguns? E como agir perante estes?

A primeira das questões constitui, em si mesma, uma armadilha maior do Evolucionismo. A diferente rapidez dos povos e, de entre o mesmo povo, de umas classes sobre as outras, na marcha da Civilização, constatada com crueza por outros – como Teixeira Bastos quando afirma que “... não nos devemos esquecer que é bem diminuta a parte da humanidade que se levantou até esse grau de superioridade relativa, tomando a dianteira na marcha evolutiva e perfectível das sociedades humanas (1882, p. 17) – é por JLV reconhecida, mas timidamente resolvida – as particularidades geográficas, as variedades antropológicas e “... outras circunstâncias...” (Vasconcelos, 1897, p. 83), parecem responsáveis pela desigualdade social, que é, no entanto, assunto ingrato aos Evolucionistas porque muitas são as excepções que contrariam a regra maior – o Progresso como lei da Humanidade.

E como agir perante estes “... homem-creança...” (p. 104), cuja existência parece um chocante desafio à Lei? A agenda Evolucionista proporá algumas medidas, que conhecerão o seu estádio último já no século XX. A posição de José Leite perante essa agenda discute-se no próximo ponto.

4. ENTRE O FOLCLORE E A CIÊNCIA: A AMBIGUIDADE DE UMA AGENDA POLÍTICA

Não é questionável o lugar de destaque que entre os folcloristas e etnógrafos se atribui a José Leite de Vasconcelos. Enquanto incansável folclorista propôs-se recolher e registar todos os elementos, materiais e imateriais, que constituíam o património do Povo português, tudo aquilo que o vulgo designaria como *tradição* ou *costume*, e a intelectualidade pós-moderna como *habitus*.

E o sucesso dessa missão terá sido reconhecido pelo próprio, que em carta a Martins Sarmiento, datada de 1884, confessa: “... não abandonei o folclore, mas, como já colhi quase tudo, ou, pelo menos, o mais importante...” (*apud* Fabião,

2002, p. 344), poder-se-ia dedicar a outras áreas do Saber, que mais despertavam a sua atenção.

Mas, e ao contrário de outras disciplinas que lidam com realidades sociais extintas, como a Arqueologia, o folclore possui, enquanto disciplina de Conhecimento, uma natureza dupla e o papel do cientista-folclorista é, perante o objecto da sua análise, ambíguo. Porque o Folclore que é o arquivo da tradição, portanto também o somatório de lendas e superstições que condicionam ainda o agir das gentes, constitui a mais límpida prova do atraso de um povo e o folclorista, recolector da tradição ainda viva, é, em simultâneo, arauto ou elemento avançado de um outro mundo que irá executar essas vivências antigas.

E se é, para estes folcloristas, claro que a *Tradição* é alvo de constantes deturpações (Coye, 1990), porque como dirá Leite de Vasconcelos: "... assim de seculo para seculo, de geração para geração... as ideias se vão agradavelmente transmittindo, ora puras, ora modificadas...", a fé na imensa antiguidade de muitos hábitos e crenças não é, no essencial, abalada, "... de modo que pode ... seguir-se até muito longe o fio da tradição..." (1897, p. 402).

Mas, se em todos os contextos, o conhecimento compromete aquele que o possui, coloca-se, às mentes ilustradas de Oitocentos, a dúvida face ao caminho a seguir: como agir perante as realidades que o Folclore demonstra ainda existirem numa Nação ocidental que procura fazer coro com a modernidade Positiva?

Conservar o Povo na sua "pureza original", que é apenas fruto da ignorância e da pobreza a que um regime tirânico, perpetuado por parasitas, o teria condenado, ou trazê-lo da Idade das Trevas, em que permanece, para as Luzes da Civilização?

Uma pulsão contraditória face ao Povo, subjaz a muitos escritos da época. Se a sua instrução é apresentada enquanto um dever de cidadania, pressente-se que essa o fará perder parte substantiva da sua *Alma*. Por isso oscilam, os mais esclarecidos entre a obrigação, que sentem sua, de libertar o Povo dos seus medos e superstições, para que este como cidadão de pleno direito se alimente também da mesa farta da Ciência, e o desejo inconfesso de paternalmente conservá-lo no equívoco em nome da salvação do genuíno e da *Tradição*.

Porque a questão é polémica, as respostas, face à tríade dos simples, são diferenciadas. Dos povos pré-históricos conservam-se apenas os seus vestígios, porque pela estrada do Progresso elevaram-se a estádios mais altos, aos selvagens de paragens remotas os herdeiros do Evolucionismo darão, a estes que parecem incapazes de evoluir, os mais desumanos tratamentos – e veja-se a título de exemplo o caso da América Latina (Suárez y López-Guazo, 1999) – e perante as classes populares ou iletradas da Europa, as soluções variam, e a postura de José Leite parece, nestes domínios, pouco conforme às linhas dominantes na época.



Fig. 1 – Vícios e virtudes do contacto cultural... Mais de cem anos depois, permanece a questão: descaracterização versus preservação do genuíno. In *Le Nouvel Observateur*, Julho/Agosto de 2003 (Hors-Serie, 51 – La Pensée Sauvage).

Se em 1882, o então muito jovem, José Leite faz coro com o sentimento geral das vozes positivas reconhecendo que “Triunpha emfim a sciencia, e não virá talvez longe o dia em que os cruzeiros desapareçam dos caminhos, e os habitantes das montanhas... desçam a tomar parte no convívio intellectual dos povos cultos.” (1882a, p. 214), e se ainda nas páginas da inflamada *Encyclopedia Republicana*, publicará *Vae Victis* (1882b, p. 185-186), poema anti-jesuítico onde, aos padres da Companhia, opõe

“...o mundo da Sciencia, o Mundo da Verdade.”

porque:

“O pensamento avança a passos magestosos,
Anhelente seguindo a estrada do seu rumo,
Derrubando da peanha os santos carunchosos,
Que se esvaem no ar, como ligeiro fumo:
...” (p.185-186),

estes parecem momentos isolados na sua longuíssima produção, e ao contrário,

de muitos dos seus correligionários, a acção directa, num cenário de intervenção política, não fará parte da sua linha de actividade futura, e como dirá, apresentando as *Religiões da Lusitânia*, e já abandonada a intenção de derrubar, das peanhas, os santos... “... esta não é uma obra de combate...” (1897, p. XXXIII). Ao invés, para José Leite, o Conhecimento é refúgio, e é legítimo “... aos que amão a terra em que nascêrão *furtar-se, pela contemplação e estudo das cousas do passado, ás miserias do presente...*” (op. cit., p. VIII, *itálico nosso*).

Mas a fuga ao Real, ou um maior interesse nas coisas do Passado que nas coisas do Presente, não é o sentimento que subjaz a publicações como a *Encyclopedia Republicana* ou à revista *Era Nova*, onde Leite de Vasconcelos é também colaborador. Nessas páginas, assinadas por Teófilo Braga, Teixeira Bastos, Alexandre da Conceição, Júlio de Matos, Magalhães Lima, Adolfo Coelho, Consigliere Pedroso, entre outros, ao invés, tudo convida à acção, à reforma de mentalidades, de costumes, de credo e de governo...

Porque ao Povo vivo, ao contrário dos objectos inanimados, que José Leite podia conservar imóveis e imutáveis nas vitrinas do Museu, havia que dar destino e competia aos mais capazes traçar-lhe o rumo...

E nisto - na recusa do combate - se distingue de muitos dos seus contemporâneos, para quem interessava, como a Leite, “... apurar a verdade, no serviço da Ciência.” (Vasconcelos, 1897, p. XXXIII), mas usar a Ciência ao serviço da Acção, porque como dirão outros, “N’esta lucta, [contra o atraso do povo, os dogmas religiosos e algumas instituições políticas], o saber é a primeira condição da resistencia, e a educação do povo a garantia do triumpho.” (Braga, 1882, p. VII).

Mas para José Leite, o conhecimento parece ser sobretudo refúgio e não chave da acção.

Positivista convicto, Evolucionista empenhado, José Leite não envereda por uma linha de explícita acção que caracteriza os seus pares, para quem a Ciência integra uma nova forma de olhar o mundo, é uma condição necessária ao cidadão activo, empenhada na construção de uma República nova, constituída por homens enfim livres, das tutelas minorizantes, do Rei e da Igreja.

Possuindo clara consciência de que a Ciência acabaria por tirar os Cruzeiros dos caminhos, e os amuletos do pescoço das crianças, que José Leite via como resquício vivo dos “... tempos manifestamente animisticos.” (1897, p. 114), torna-se incansável recolector desses vestígios. Mais tarde, o apelo tornar-se-á claro: “Acudamos a tudo, enquanto é tempo!” (Vasconcelos, 1994, p. 338). O vigor da exclamação não deixa dúvida quanto à natureza da missão que se propôs.

Porque temia, tal como o estranho autor dos *Cadernos do Subterrâneo* (Dostoiévski, 2007), a descaracterização que viria com o Homem Novo, que

despido dos seus sonhos mais fantásticos e da sua estupidez seria como uma tecla de piano comandado somente pelas leis da Natureza (op. cit., p. 50-51)? Porque receava que regendo-se apenas através de leis científicas todos os povos seriam, como estas, iguais, previsíveis, uniformes?

Lamentando o desaparecimento do genuíno da Alma do Povo, da Tradição substituída por costumes novos, afasta-se daqueles Positivistas, seus correligionários na *Encyclopedia Republicana*, para quem a Ciência, renovando a Sociedade e o Homem em todas as suas dimensões, na rota que alguns desenham – Instrução – Democracia – República (Lisboa, 1882, p. 2), seria panaceia para todos os males.

No entanto, os laços que terão unido estes homens não parecem ter sido suficientes para que José Leite de Vasconcelos junte a sua àquelas vozes... e da Ciência não retira ilações para uma acção política directa, aliás lastimava mesmo, como dirá mais tarde a Viegas Guerreiro, "... que homens de Ciência tivessem enveredado pelo caminho da política." (Guerreiro, 1960, p. 127).

Nesta recusa de compromisso político, José Leite de Vasconcelos parece um *compagnon de route* que conhecendo as causas da doença que afecta o tecido social não propõe qualquer remédio...e se, nas múltiplas vertentes da sua obra, em muito terá contribuído para elevar o nível de ilustração geral, a luta contra o obscurantismo e a erradicação de costumes e crenças tradicionais que resultavam da ignorância secular que afligia o Povo, não é, em si mesma, o motor da sua acção.

5. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS: ENTRE O FOLKLORE E A CIÊNCIA

As Religiões da Lusitânia são um projecto científico. Pretende aqui, José Leite, tratar a religião enquanto fenómeno sociológico, particularmente rico para dissecar a alma de um povo. E se, a seu tempo, dirá que o estudo o levará à descrença (Guerreiro, 1960, p.132), não escreve para abolir credos alheios, e o seu ateísmo, expresso subtilmente numa curta passagem (Vasconcelos, 1897, p. 222), não devia contaminar o leitor.

Mas se não o move a fé, move-o o amor da pátria, da Coisa e da Alma Portuguesa de que queria encontrar a raiz, num tempo distante que só a Arqueologia podia revelar, porque a consciência da Nacionalidade exigia conhecimento sobre a sua história, sobre os seus feitos, os gloriosos, mas também os humildes que o Povo repete na sua labuta constante, na marcha penosa que conduz à Civilização.

No entanto, enquanto Evolucionista, estava condenada à globalização do Passado e do Devir humano. O primeiro volume das *Religiões da Lusitânia* não é, por isso, uma obra nacionalista, porque nada há de unicamente português nas

suas páginas, ao contrário tudo remete para outras paragens, para outras latitudes, e a uniformidade do espírito humano, no seu trajecto, parece a conclusão maior deste projecto.

Mas o ritmo da marcha não é sincopado. Enquanto folclorista, José Leite conhece bem o atraso de alguns, e as minuciosas descrições dos equívocos em que o Povo ainda labora, permite-lhe reconhecer que em tantos aspectos este, como uma verdadeira relíquia do Passado, pouco mais é que os pré-históricos ou que os selvagens de paragens distantes.

Da leitura do primeiro volume das *Religiões da Lusitânia*, emerge esta tríade dos simples, a cujo destino havia que prover, e a obra, sobre sistemas de crenças em grupos primitivos ou iletrados, constituía instrumento privilegiado para propor medidas para o futuro.

Impedir *que os pobres continuassem a morrer de feitiçaria* se foi, primeiro, mote dos adeptos do Liberalismo (Diniz e Gonçalves, 1993-1994), será nas últimas décadas de Oitocentos, bandeira dos Positivistas, mas, ao contrário dos anti-monárquicos, anti-clericais e anti-militares, ao lado de quem publica, em obras de clara evangelização política, José Leite de Vasconcelos não é uma figura de acção, e ao combate social que move outros cientistas positivos (Matos, 1998), José Leite prefere antes a labuta incessante da construção de Conhecimento, em si mesmo, um projecto e um objectivo.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, T. (1882) – O atrazo mental nas Nações Civilizadas. *Encyclopedia Republicana*. Lisboa. p. 17-18.
- BRAGA, T. (1882) – *Encyclopedia Republicana*. Lisboa. p. V-VII.
- CEPEDA, I. V. (1960) – Bibliografia de José Leite de Vasconcelos. In *José Leite de Vasconcelos: Livro do Centenário*. Lisboa: Universidade de Lisboa/Imprensa Nacional. p. 139-269.
- COYE, N. (1990) – Humanité et Anthropomorphisme: du Folclore à l'Archéologie. In *115^e Congrès Nationale des Sociétés Savants*. Aix-en-Provence: LAPMO, p. 165-180.
- DINIZ, M.; GONÇALVES, V. S. (1993-1994) – Na 2.^a metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 11/12, p. 175-187.
- DOSTOIÉVSKI, F. (2007) – *Cadernos do Subterrâneo*. Lisboa: Assírio e Alvim. (Biblioteca Editores Independentes; 17).
- FABIÃO, C. (2002) – Leite de Vasconcelos e a Génese de *Religiões da Lusitânia*. In *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 341-345.
- GUERREIRO, M. V. (1960) – José Leite de Vasconcelos. In *José Leite de Vasconcelos: Livro do Centenário*. Lisboa: Universidade de Lisboa/Imprensa Nacional, p.109-137.
- LEWIS, H. (1999) – The Misrepresentation of Anthropology and its Consequences. *American Anthropologist*. [S.l.]. 100, p. 716-731.
- LISBOA, A. P. S. (1882) – Colega e Correligionario. *Encyclopedia Republicana*. Lisboa. p. 1-2.
- MATOS, S. C. (1998) – *Historiografia e Memória Nacional, 1846 -1898*. Lisboa: Edições Colibri.
- SUÁREZ Y LÓPEZ-GUAZO, L. (1999) – La Sociedad Mexicana de Eugenesia: Selección y Mejoramiento Racial. In GLICK, T. F.; RUIZ, R.; PUIG-SAMPER, M. A., eds. - *El darwinismo en España e Iberoamérica*. [S.l.]: Universidad Nacional Autónoma de México, CSIC, Ediciones Doce Calles, p. 187-197.
- VASCONCELOS, J. L. de (1882a) – Costumes da Beira-Alta. *Encyclopedia Republicana*. Lisboa. p. 211-214.
- VASCONCELOS, J. L. de (1882b) – *Vae victis*. *Encyclopedia Republicana*. Lisboa. p. 185-186.
- VASCONCELOS, J. L. de (1885) – *Portugal Pre-Historico*. Lisboa: David Corazzi. (Bibliotheca do Povo e das Escolas; 105).
- VASCONCELOS, J. L. de (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. vol. 1 (edição fac-similada).
- VASCONCELOS, J. L. de (1994) – *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. vol. I.

